



2º SIMULADO

TRIBUNAIS

TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJAA)



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

2º Simulado Tribunais - Técnico Judiciário (TJAA)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas nos concursos de Tribunais para Técnico Judiciário;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-Tribunais-Técnico-12-09-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

TEXTO I

Pensar mal amiúde significa tornar mau. Na vida das nações não menos que na dos indivíduos, os primeiros momentos de uma trajetória imprimem ao que está nascendo traços de teimosa permanência. O “complexo de vira-latas” — a imagem depreciativa que nós, brasileiros, fazemos de nós mesmos e o nosso renitente narcisismo às avessas — é coetâneo do nascimento do Brasil. Os primeiros filhos de portugueses nascidos na Terra de Santa Cruz, quase todos frutos de relações fortuitas entre conquistadores e índias nativas ou escravas africanas importadas em maior número a partir de meados do século XVI, sentiam vergonha de ser quem eram.

Quem eram esses primeiros rebentos do caldeirão étnico brasileiro, filhos de ocupantes e ocupadas? A rigor, eles não se chamavam “brasileiros” ainda. Até por volta do final do século XVII e mesmo início do XVIII, o termo “brasileiro” não era empregado no sentido hoje corrente, ou seja, como expressão e afirmação de uma nacionalidade, mas tinha significados bem diversos. Os “brasileiros” eram aqueles que se dedicavam à exploração comercial do pau-brasil em nossas matas e, por extensão, era como se apelidavam os portugueses que, depois de “fazer a América” e amealhar fortuna, retornavam à terra natal a fim de desfrutar o espólio. Os filhos de portugueses nascidos do lado de cá do Atlântico — todos, quase por definição, mestiços — eram chamados “mazombos”.

A língua fala. Já a etimologia de “mazombo”, termo oriundo do quimbundo angolano, diz muito: “grosseiro, atrasado, bruto, iletrado”. Sentindo-se um exilado em sua própria terra, olhos sonhadores voltados para o imaginado esplendor da vida na metrópole, o mazombo litorâneo tem como uma de suas principais ambições de vida justamente deixar de sê-lo: tornar-se um cidadão de primeira, um português de quatro costados, de modo a afastar de si a pecha de mazombo — idealmente, por meio de uma temporada de estudos em Coimbra (privilégio de poucos) coroada por uma carreira no clero, magistratura ou burocracia estatal lusa (se a condição de origem, é claro, e a nódoa de plebeu sem pedigree não o impedissem).

O traço distintivo do mazombo é a ausência do senso de pertencimento: a profunda desconexão entre sua experiência de vida, de um lado, e a terra em que vive e na qual veio ao mundo, de outro. Alheio a qualquer propósito coletivo e afeito aos acasos do ganho fácil e rápido e da aventura erótica — “desmandos da cobiça e da luxúria” —, o

universo mazombo foi resumido pelo poeta baiano Gregório de Matos como: “furto e sexo”.

No devido tempo, é claro, muita coisa mudou. Os mazombos deixaram de sê-lo, pelo menos em nome, para se fazerem brasileiros ao lado de índios, negros e cafuzos natos. Portugal perdeu o posto de meca dos exilados em sua própria terra, não obstante o déficit de pertencimento não nos abandonou — longe disso.

(Adaptado de Eduardo Giannetti, O Elogio do Vira-Lata e outros ensaios. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 13)

01. No primeiro parágrafo, o autor sugere que

- a) uma autoimagem subestimada dos brasileiros remonta ao tempo da colonização portuguesa
- b) os colonizadores estereotiparam o brasileiro de forma irreversível e deliberada
- c) de tanto os portugueses pensarem mal do brasileiro, a autoestima se consolidou
- d) cada mestiço fruto de relações fortuitas entre conquistadores e índias sentia vergonha de ser quem era.
- e) os escravos e índios formaram uma população mestiça de linhagem inferior

02. Depreende-se do texto que

- a) o “complexo de vira-latas” deixou de existir quando “mazombos” viraram “brasileiros”
- b) “brasileiros”, na acepção original trazida pelo autor, poderia referir-se também a portugueses
- c) muitos “mazombos” podiam deixar de sê-lo por meio de estudos em Coimbra, ou de uma carreira estatal
- d) a denominação “mazombo” designa um estigma nem sempre negativo para os portugueses
- e) os comerciantes ricos que exploravam pau-brasil não sofriam de uma imagem negativa

03. No contexto em que foi empregado, o vocábulo “amiúde” significa

- a) humildemente
- b) repetidamente
- c) maliciosamente
- d) abertamente
- e) intensamente

04. Ao apresentar a etimologia da palavra “mazombo”, o autor

- a) reforça o foco metalinguístico de suas conclusões
- b) relaciona a carga semântica do termo a arquétipo desdenhado
- c) atribui ao idioma angolano o “complexo de vira-latas” do brasileiro
- d) valida os preconceitos existentes contra os “mazombos”
- e) suaviza a depreciação existente no vocabulário

05. ... a terra em que vive e na qual veio ao mundo, de outro... (4º parágrafo)

Os termos sublinhados seriam corretamente substituídos, respectivamente, por

- a) onde e aonde
- b) que e onde
- c) onde e em que
- d) em cuja e em que
- e) na qual e aonde

06. a nódoa de plebeu sem pedigree não o impedissem (3º parágrafo)

Os mazombos deixaram de sê-lo (5º parágrafo)

As formas pronominais acima referem-se, respectivamente, a:

- a) mazombo / carreiras no clero, na magistratura ou na burocracia estatal lusa
- b) mazombo / tornar-se um cidadão de primeira
- c) tornar-se um cidadão de primeira / mazombo
- d) carreiras no clero, na magistratura ou na burocracia estatal lusa / mazombo
- e) burocracia estatal lusa / litorâneo

07. Está clara, correta e coerente a redação do livre comentário que se encontra em:

- a) Ainda que pudéssemos voltar ao passado, não faremos nada diferente dos primeiros brasileiros.

b) A maioria da população, muito provavelmente, não estão conscientes do próprio complexo.

c) A despeito de virem ao Brasil para explorar, os portugueses deixaram alguma contribuição.

d) Quem acredita ser inferior a países desenvolvidos e colonizadores não conhecem muito da história.

e) Alguns brasileiros acham fantástico, nas rodas de amigos, a repetição de velhas críticas contra o país.

08. O traço distintivo do mazombo é a ausência do senso de pertencimento: a profunda desconexão entre sua experiência de vida, de um lado, e a terra em que vive e na qual veio ao mundo, de outro. (4º parágrafo)

No segmento acima, o sinal de dois-pontos indica

- a) uma citação
- b) um complemento
- c) uma síntese
- d) um resumo
- e) uma explicação

09. Atente para as seguintes frases:

I. O mazombo sente-se profundamente desconexo da terra em vive

II. O mazombo está alheio a qualquer propósito coletivo

III. O mazombo dedica-se eminentemente aos interesses individuais

Essas três frases integram-se com correção e coerência num único período em:

a) O mazombo se dedica principalmente aos próprios interesses. Isso porque se sente profundamente desconexo da terra em vive e está alheio a qualquer propósito coletivo

b) Já que sente-se profundamente desconexo da terra em vive e estar alheio a qualquer propósito coletivo, ao mazombo resta dedicar-se principalmente aos próprios interesses.

c) Embora sinta-se profundamente desconexo da terra e alheio a qualquer propósito coletivo, o mazombo dedica-se exclusivamente aos prazeres individuais.

- d) Por sentir-se profundamente desconexo da terra em vive e estar alheio a qualquer propósito coletivo, o mazombo acaba por se dedicar principalmente aos próprios interesses.
- e) Em virtude de dedicar-se eminentemente aos interesses individuais, o mazombo sente-se profundamente desconexo da terra aonde vive.

10. Considere os segmentos e avalie as assertivas:

o nosso renitente narcisismo às avessas (1º parágrafo) aqueles que se dedicavam à exploração comercial do pau-brasil (2º parágrafo) retornavam à terra natal a fim de desfrutar o espólio (2º parágrafo)

I- Em “às avessas” e “à exploração”, o acento grave indicativo de crase se justifica pelo mesmo motivo.

II- Em “à exploração”, ocorre fusão de preposição com artigo feminino diante de “exploração”

III- Em “à terra natal”, o acento grave é facultativo.

Está correto o que consta APENAS de

- a) II e III
b) I e II.
c) II.
d) I
e) I e III.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

11. Assinale a afirmativa correta sobre a organização administrativa e os princípios da administração pública.

- a) Quando a Administração direta transfere a execução de atividades administrativa a determinado particular, dá-se o nome de desconcentração.
- b) Mesmo exercendo função normativa primária, as agências reguladoras devem observar as normas hierarquicamente superiores.

c) A criação de autarquia é uma forma de desconcentração por meio da qual se transfere determinado serviço público para outra pessoa jurídica integrante do aparelho estatal.

d) Os serviços sociais autônomos, por pertencerem à Administração Pública Indireta, submetem-se aos princípios que regem a Administração Pública.

e) Ao criar uma diretoria vinculada a uma de suas secretarias, o estado se valerá do instituto da desconcentração administrativa.

12. Acerca da improbidade administrativa, segundo a Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

a) Uma vez aprovada as contas de determinado agente público pelo respectivo tribunal de contas, não há mais possibilidade de responsabilizá-lo por ato de improbidade administrativa.

b) O mesário que atue nas eleições não poderá ser sujeito ativo de ato de improbidade administrativa, pois possui apenas vínculo precário e transitório com a Administração Pública.

c) Vindo a falecer o agente que cometeu o ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, seus sucessores responderão integralmente pelo dano, caso o agente tenha deixado herança.

d) Para que o particular responda judicialmente por ato de improbidade administrativa é imprescindível a participação de um agente público no ato.

e) Na punição aos atos de improbidade administrativa, caso o agente tenha praticado conduta geradora de enriquecimento ilícito todas as sanções são aplicadas cumulativamente.

13. De acordo com o princípio da _____, no processo administrativo é vedada a aplicação retroativa de nova interpretação. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) publicidade
b) autotutela
c) segurança jurídica
d) moralidade
e) impessoalidade

14. No que se refere ao ato administrativo, assinale a afirmativa correta.

- a) A imperatividade do ato administrativo prevê que a Administração Pública, para executar suas decisões, não necessita submeter sua pretensão ao Poder Judiciário.
- b) A validade do ato administrativo vincula-se aos motivos que o determinaram, segundo a teoria dos motivos determinantes.
- c) A competência, finalidade, forma, motivo, objeto e a eficiência são considerados requisitos dos atos administrativos.
- d) A revogação do ato administrativo produz efeitos extunc.
- e) Um ato praticado com vício de legalidade poderá ser revogado pela própria administração.

15. Pode-se afirmar corretamente sobre os poderes administrativos que

- a) o abuso de poder, na modalidade excesso de poder, ocorre quando o ato administrativo é praticado por agente que exorbita a sua competência.
- b) o conflito de competências entre subordinados é dirimido pelo superior com base no poder disciplinar.
- c) a Administração indireta se vincula à direta por meio da hierarquia administrativa.
- d) o abuso de poder é uma espécie do gênero excesso de poder.
- e) A discricionariedade administrativa não poderá ser limitada por meio do poder regulamentar.

16. Em relação à lei de licitações públicas, é correto afirmar que, caso o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixe de celebrar o contrato alegando necessidade de prazo adicional para confirmar a proposta, o pregoeiro

- a) poderá conceder-lhe um novo prazo para a assinatura do contrato, desde que seja inferior a sessenta dias.
- b) cancelará o certame e providenciará um novo.

c) poderá conceder-lhe um novo prazo para a assinatura do contrato, desde que seja inferior a trinta dias.

d) desclassificará o referido licitante e providenciará um novo processo licitatório, não podendo participar desse novo processo o licitante desclassificado.

e) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos demais licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

17. Julgue as afirmativas seguintes a respeito das licitações e, na sequência, assinale a afirmativa correta.

a) Mesmo não integrando o edital, o projeto básico é um conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto da licitação.

b) Não há limite de valor para a aquisição de bens por meio da modalidade licitatória denominada pregão.

c) Na modalidade pregão, a aquisição do edital pelo licitante é condição essencial para que ele participe do processo.

d) A lei de licitações traz um rol exaustivo de hipóteses de inexigibilidade de licitação.

e) A concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

18. Dentre as sanções cabíveis por inexecução total ou parcial de um contrato está a de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo

a) de até 10 (dez) anos.

b) de até 6 (seis) meses.

c) não superior a 2 (dois) anos.

d) de até 5 (cinco) anos.

e) não superior a 3 (três) anos.

19. Assinale a afirmativa INCORRETA sobre os agentes públicos.

- a) Diante de conduta dolosa, o servidor poderá responder objetivamente perante o Estado para a reparação de dano causado a terceiro.
- b) O servidor que causar dano a terceiro responderá regressivamente perante o Estado, nos casos em que agir com dolo ou culpa.
- c) A posse se dará apenas se o empossado estiver apto física e mentalmente para o exercício do cargo.
- d) O exercício de função de confiança é de exclusividade do servidor titular de cargo público efetivo.
- e) O servidor público adquire estabilidade após 3 (três) anos de efetivo exercício.

20. Nos termos da Lei nº 8.112/90,

- a) com a nomeação o servidor estará investido no cargo público.
- b) a prescrição da ação disciplinar se inicia com a ocorrência do fato.
- c) as infrações puníveis com a demissão não prescrevem.
- d) o prazo para conclusão da sindicância será de no máximo 45 dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade competente.
- e) a reversão, que é o retorno à atividade de servidor aposentado, poderá ocorrer a pedido ou de ofício.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

21. Suponha que um grupo de amigas tenha solicitado, à autoridade administrativa local, a reserva de um local público para ali se estabelecerem permanentemente, objetivando a realização de encontros frequentes e destinados a debates e protestos em favor de direitos das mulheres. Conforme o que preleciona a doutrina e a atual Constituição, é correto dizer que:

- a) Restará descaracterizado o exercício do direito de reunião, o qual pressupõe o agrupamento temporário de pessoas.

- b) É irrelevante o caráter de permanência ou não das reuniões pretendidas, que, assim como as associações, independem de autorização por parte do Poder Público para que possam se estabelecer.
- c) Trata-se de direito coletivo que, cumprida a exigência de pluralidade de participantes, não pode sofrer quaisquer restrições por parte da Administração.
- d) A autorização apenas é exigida no que diz respeito ao local escolhido para a reunião, mas não em relação ao momento em que se pretenda realizá-la.
- e) Obtida a devida autorização por parte da Administração pública, cada uma das participantes da reunião estará legitimada a atuar em defesa das demais, em âmbito judicial.

22. O presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro enviou proposta de lei à Assembleia Legislativa, contendo previsão de férias coletivas de 15 dias para os servidores do órgão, além da permissão genérica para que os juízes substitutos venham a residir em Comarca distinta daquela em que exerçam suas funções. De acordo com o que estabelece a Constituição, a referida lei, se aprovada:

- a) Será válida, uma vez que a lei de organização judiciária é de iniciativa de cada Tribunal de Justiça, o qual poderá dispor acerca do funcionamento de seus órgãos.
- b) Será constitucional no ponto em que estabelece a possibilidade de residir em Comarcas diferentes, para os juízes substitutos, uma vez que estes são constantemente deslocados para outros pontos do território para substituir juízes titulares.
- c) Padecerá de vício de iniciativa, já que a lei tratando dos temas mencionados deve ser proposta pelo governador do Estado.
- d) Será inconstitucional tanto no que diz respeito às férias coletivas, que deverão ser de, no mínimo, 30 dias, quanto em relação à permissão para residir em Comarcas distintas, que fere o princípio da inamovibilidade.
- e) Será inconstitucional, já que são vedadas férias coletivas no órgão, e os juízes, ainda que substitutos, salvo autorização do Tribunal, deverão residir na respectiva Comarca.

23. A Constituição Federal traz diversas regras relacionadas aos órgãos incumbidos da função fiscalizatória no Estado brasileiro. Assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira a esse respeito:

- a) A Constituição proíbe que sejam criados novos Tribunais de Contas Municipais e que, ao longo do período estabelecido em Lei Complementar Federal, os atualmente existentes deverão ser extintos.
- b) Os Tribunais de Contas estaduais são compostos de nove Conselheiros, já que deve ser observado, por simetria, o modelo estabelecido para o TCU.
- c) Os Ministros do TCU terão as mesmas garantias dos Ministros do STJ, enquanto que os Conselheiros de Contas Estaduais possuirão as mesmas vantagens dos Desembargadores dos Tribunais de Justiça.
- d) Os Estados não poderão criar órgãos com competência específica para a verificação das contas municipais, devendo essa tarefa ser desempenhada pelo próprio Tribunal de Contas do Estado.
- e) Cabe às Cortes de Contas a verificação e o julgamento das contas de todos os administradores públicos, de qualquer Poder.

24. Considere que o Presidente da República tenha decretado estado de defesa, em virtude da ocorrência de calamidade de grandes proporções em vários pontos do território nacional. Em seguida, por meio de iniciativa popular, foi proposta Emenda à Constituição, visando extinguir a obrigatoriedade do voto em nosso país. De acordo com a Constituição Federal, seria correto dizer que:

- a) Somente haveria impedimento à alteração do texto constitucional caso tivesse sido decretado o estado de sítio, medida mais gravosa do que o estado de defesa.
- b) O impedimento à alteração do texto constitucional durante do estado de defesa corresponde a limitação temporal ao poder de reforma, mas não há qualquer vedação material à extinção do voto obrigatório.
- c) A CF/88 não poderá ser emendada durante a vigência da medida de exceção mencionada, tampouco por meio de iniciativa popular, em qualquer situação.
- d) A proposta deverá ser rejeitada, por ferir limitação circunstancial ao poder reformador, somente

podendo ser reapresentada, em momento futuro, mediante aprovação da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

- e) A proposta fere limitação material implícita ao poder de reforma, ao sugerir a extinção do voto obrigatório e, conseqüentemente, desrespeitar os princípios democrático e republicano.

25. Olinó e Zinário discutiam a respeito das características do Ministério Público. Olinó, ao mencionar que cada Ministério Público possui chefia própria, já que a instituição se apresenta fracionada organicamente, de forma a atender à estrutura federativa estabelecida pela Constituição, foi prontamente repreendido por Zinário. Este, por sua vez, apontou que o Ministério Público se submete a uma única chefia, qual seja, a do Procurador-Geral da República. Pode-se concluir, a partir da análise dos dispositivos constitucionais pertinentes, que:

- a) Olinó e Zinário divergiram no que diz respeito ao princípio da indivisibilidade, embora prevaleça o entendimento de que a instituição é uma só e, portanto, submete-se ao comando de uma chefia suprema.
- b) Olinó descreveu, de forma precisa, o princípio da independência funcional, já que, embora os ramos do Ministério Público estejam submetidos administrativamente ao Procurador-Geral da República, não há hierarquia no tocante à atuação funcional de seus membros.
- c) Zinário acertadamente descreveu o princípio da unidade, que, no entanto, não impede a subdivisão, ainda que meramente administrativa, na estrutura da instituição.
- d) Zinário acertadamente descreveu o princípio da indivisibilidade, já que, embora os membros do MP detenham plena liberdade de atuação, os atos por eles proferidos são atribuídos à instituição como um todo.
- e) Olinó descreveu, de forma coerente, a aplicação do princípio da unidade, o qual subsiste no âmbito de cada Ministério Público, não havendo que se falar em hierarquia ou submissão entre eles.

26. Assinale a opção que apresenta apenas bens pertencentes ao Estados-Membros:

- a) As terras ocupadas pelos índios, exceto aquelas sob domínio da União ou de Municípios.
- b) As terras devolutas e também as ilhas fluviais, não pertencentes à União.
- c) Os recursos minerais, exceto os do subsolo, que são de propriedade da União.
- d) Os potenciais de energia hidráulica localizados em seu território.
- e) As águas emergentes e em depósito, ressalvadas as decorrentes de obras da União ou dos Municípios.

27. Três deputados federais e três senadores formularam requerimento para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar fatos relacionados à contratação de construtoras envolvidas em projetos de habitação popular. Apesar da oposição demonstrada pelo restante dos parlamentares federais, a comissão acabou sendo criada e, logo em seguida, foi decretada, por um dos senadores que a integravam, a interceptação telefônica de um dos investigados, fato que gerou indignação ainda maior por parte dos representantes do Poder Legislativo. Pode-se afirmar que, nessa situação:

- a) Assiste razão aos parlamentares que manifestaram descontentamento em relação à criação da CPI, que somente poderia ter sido feita pelo requerimento da maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo.
- b) As CPIs são criadas no âmbito da Câmara e do Senado, separadamente, sendo vedada a criação de comissões mistas dessa natureza.
- c) A criação da CPI deve observar o princípio que garante a representação das minorias, não sendo, portanto, permitido aos demais parlamentares se opor à sua instituição.
- d) Tanto a criação da CPI, que não poderia ter sido feita mediante requerimento de apenas seis parlamentares, quanto a decretação da interceptação telefônica, são inconstitucionais.
- e) A decretação da medida extrapolou os poderes conferidos pela Carta Constitucional às CPIs, que, embora disponham de poderes próprios das

autoridades judiciais, não estão autorizadas à decretação de quebras de sigilo de qualquer espécie.

28. Norival é brasileiro naturalizado, mas mudou-se para o Canadá há dois anos, quando conheceu Jenny, cidadã canadense. Há dois meses, Jenny, grávida de Norival, veio sozinha para o Brasil para cumprir missão diplomática por determinação de seu país de origem e, nessa ocasião, deu à luz ao seu primeiro filho, Peter. Segundo a Constituição Federal, Peter será considerado:

- a) Brasileiro nato, desde que faça a opção confirmativa após atingida a maioridade.
- b) Estrangeiro, já que Norival é brasileiro naturalizado e Jenny aqui se encontrava em missão oficial do governo do Canadá.
- c) Brasileiro Nato, ainda que Jenny, por ocasião de seu nascimento, se encontrasse no Brasil a serviço de seu país de origem.
- d) Brasileiro naturalizado, caso sua mãe, ao retornar ao Canadá, venha a registrá-lo em repartição brasileira competente.
- e) Canadense, mas poderá solicitar a naturalização brasileira caso venha a residir no Brasil por 15 anos ininterruptos.

29. Rosene foi aprovada em concurso público para exercer cargo de provimento efetivo na justiça estadual. Ao tomar conhecimento da posterior nomeação por meio do Diário Oficial, sua prima Rosília, que já era servidora do mesmo órgão e atualmente exerce a função de diretora da vara onde atua, decide designar Rosene para o exercício de função de confiança na mesma unidade judiciária. Considerando o que entende a jurisprudência e o que dispõe a CF/88 a esse respeito, assinale a afirmativa verdadeira:

- a) A designação da prima, por parte de Rosília, para o exercício de função de confiança, caracteriza nepotismo.
- b) Rosene poderá exercer a função de confiança mencionada, ainda que na mesma vara judicial de Rosília, sem que reste caracterizado o nepotismo.

- c) O nepotismo, no caso, apenas estaria configurado caso Rosene não tivesse prestado concurso público.
- d) Caso se tratasse de cargo em comissão, a nomeação de Rosene não seria permitida, mas a função de confiança, que pressupõe a nomeação para cargo efetivo, não possui qualquer restrição.
- e) Rosene poderá exercer a função de confiança, desde que não exerça atribuições de chefia na vara para a qual foi designada.

30. Analise as disposições abaixo:

- (I). Seis de seus assentos são privativos de brasileiros natos.
- (II). Participam de sua composição os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- (III). Participa de sua composição o líder da minoria na Câmara dos Deputados.
- (IV). Participa de sua composição o Presidente do Senado.
- (V). Entre suas competências, encontra-se a de opinar sobre a decretação do estado de defesa.

São características comuns ao Conselho da República e ao Conselho de Defesa Nacional o que foi mencionado em:

- a) II e IV, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e V, apenas.
- d) I, III e V.
- e) IV e V, apenas.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

31. Serena, brasileira, subtraiu a bolsa de Giuliana, italiana, quando ambas se encontravam em um trem na cidade de Florença (Itália), com destino a Nápoles (Itália), praticando conduta tipificada no Brasil como furto (reclusão de 01 a 04 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) será aplicável a lei penal brasileira, se preenchidas as condições legais, pelo princípio da nacionalidade ativa
- b) será aplicável a lei penal brasileira, se preenchidas as condições legais, pelo princípio da nacionalidade passiva
- c) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade ativa, ainda que Serena seja absolvida ou condenada no estrangeiro
- d) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da defesa ou proteção, ainda que Serena seja absolvida ou condenada no estrangeiro
- e) não será possível a aplicação da lei penal brasileira

32. José praticou crime de extorsão (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa), tendo sido denunciado pelo Ministério Público pelo referido crime. Posteriormente, sobreveio nova lei penal diminuindo a pena relativa ao crime de extorsão.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) a nova lei penal será aplicável ao caso, desde que não tenha havido sentença em primeira instância
- b) a nova lei penal será aplicável ao caso, ainda que já tenha havido sentença penal condenatória transitada em julgado
- c) a nova lei penal será aplicável ao caso, desde que não tenha havido o trânsito em julgado
- d) a nova lei penal será aplicável ao caso somente se houver previsão expressa na própria lei
- e) a nova lei penal não será aplicável ao caso

33. Lucas, desejando brincar com seu filho Mateus, balançou a criança, de apenas 03 anos, em um balanço localizado no parquinho do prédio onde a família residia. Mesmo alertado por sua esposa quanto ao risco de a criança cair e se machucar, Lucas continuou a empurrar o filho no balanço, acreditando que nada aconteceria, eis que tinha muita habilidade em tal tipo de brincadeira, pois possui 08 filhos. Em dado momento, Lucas empurra forte demais o balanço e Mateus acaba caindo, vindo a se machucar.

Nesse caso, quanto ao elemento subjetivo, é correto afirmar que houve:

- a) dolo direto de primeiro grau
- b) dolo direto de segundo grau
- c) dolo eventual
- d) culpa inconsciente
- e) culpa consciente

34. Onofre, Oficial de Justiça, dirigiu-se à casa de Maria, com vistas ao cumprimento de mandado de reintegração de posse. Lá chegando, Onofre anunciou a diligência, leu o mandado e solicitou a abertura da porta. Maria se recusou a cooperar, e então o Oficial de Justiça, com auxílio de força policial, arrombou a porta, entrou na casa e procedeu à reintegração de posse, colocando os pertences de Maria do lado de fora.

Nesse caso, o Oficial de Justiça não praticou crime, em razão:

- a) da exclusão da ilicitude, pelo estado de necessidade
- b) da exclusão da ilicitude, pelo exercício regular de direito
- c) da exclusão da ilicitude, pelo estrito cumprimento do dever legal
- d) da exclusão da culpabilidade, pelo exercício regular de direito
- e) da exclusão da culpabilidade, pelo estrito cumprimento do dever legal

35. Pedro e Paulo, amigos de longa data, fizeram uma viagem juntos, com destino à cidade de Florianópolis-SC. Lá chegando, foram a uma boate e acabaram se embriagando: Pedro se embriagou dolosamente, eis que desejava comemorar a bela viagem realizada e a vitória de seu time de futebol; Paulo acabou se embriagando pela imprudência na ingestão do álcool, embora essa não fosse sua intenção. Já embriagados, Pedro e Paulo discutem com um dos seguranças e acabam por agredi-lo, com socos e pontapés.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Pedro e Paulo são isentos de pena
- b) Pedro é isento de pena, mas Paulo deverá responder pelo crime praticado
- c) Paulo é isento de pena, mas Pedro deverá responder pelo crime praticado
- d) Não há isenção de pena em relação a qualquer dos agentes, eis que a embriaguez jamais afasta a culpabilidade
- e) Não há isenção de pena em relação a qualquer dos agentes, eis que somente a embriaguez acidental completa isenta de pena

36. Acerca do concurso de pessoas, assinale a alternativa correta:

- a) A participação inócua não é punível
- b) A participação de menor importância gera redução de pena de um terço a dois terços
- c) As condições e circunstâncias de caráter pessoal nunca se comunicam entre os agentes
- d) Pela teoria monista, todos os agentes devem responder pelo mesmo crime, com penas idênticas para todos
- e) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a se consumar.

37. José, visando ofender seu desafeto Pedro, desferiu um leve tapa no rosto da vítima, de forma a constrangê-la na frente das demais pessoas, humilhando-a.

Nesse caso, é correto afirmar que José praticou:

- a) Lesão corporal leve
- b) Lesão corporal privilegiada
- c) Injúria simples
- d) Injúria real
- e) Fato atípico

38. Marcos, bacharel em Direito, dirigiu-se até o fórum central da sua cidade e, fingindo-se passar por técnico judiciário, conseguiu entrar em uma das Varas Cíveis, oportunidade na qual começou a atender diversos advogados, prestar informações e, em dado momento, solicitou R\$ 200,00 ao advogado Pedro, a fim de retardar o andamento de determinado processo no qual Pedro era advogado. O advogado pagou os valores solicitados.

Nesse caso, é correto afirmar que Marcos praticou crime de:

- a) Estelionato
- b) Corrupção passiva
- c) Usurpação de função pública qualificada
- d) Usurpação de função pública simples
- e) Falsa identidade

39. Tiago, buscando aumentar seu poder aquisitivo, encontrou na *deep web* um anúncio em que uma pessoa, desconhecida, vendia um lote de 50 notas de R\$ 100,00 falsas, pelo valor de R\$ 900,00. Imaginando poder lucrar até R\$ 4.100,00 reais, Tiago adquiriu as notas, tendo-as recebido em sua casa, pelos correios. Antes, porém, de conseguir utilizar as cédulas, Tiago foi preso em flagrante por agentes policiais, que rastream a encomenda pelos correios.

Nesse caso, é correto afirmar que Tiago:

- a) Não praticou crime, pois não falsificou qualquer cédula

b) Não praticou crime, pois não conseguiu introduzir as cédulas em circulação

- c) Praticou crime de moeda falsa em sua forma simples
- d) Praticou crime de moeda falsa em sua forma privilegiada
- e) Praticou crime de moeda falsa em sua forma equiparada

40. Jonas, servidor público lotado no TJRJ, tirou proveito de seu prestígio como servidor para patrocinar interesse privado alheio perante a administração, requerendo andamento processual privilegiado para determinado processo em que seu irmão era autor.

Nesse caso, é correto afirmar que Jonas:

- a) Não praticou crime, embora possa configurar falta funcional
- b) Praticou crime de advocacia administrativa
- c) Praticou crime de fraude processual
- d) Praticou crime de corrupção passiva privilegiada
- e) Praticou crime de tráfico de influência

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

41. Relativamente ao tema ação penal, analise as afirmativas a seguir:

I- A denúncia ou queixa será rejeitada quando faltar justa causa para o exercício da ação penal.

II- O perdão independe de aceitação do querelado, tácita ou expressa.

III- A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, não poderá ser aditada pelo Ministério Público.

IV- Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.

Está correto o que se afirma nas hipóteses:

- a) I e III.
- b) I, II, e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV
- e) I e IV.

42. Sobre a citação e a intimação é correto afirmar que:

- a) é cabível a citação por edital no processo penal, desde que o oficial de justiça verifique e certifique que o réu se oculta para não ser citado.
- b) considera-se completa a formação do processo quando realizada a citação válida do acusado, que não consiste em causa de interrupção da prescrição.
- c) o acusado citado por edital que não comparece nem nomeia defensor, será declarado revel, admitindo-se verdadeiros os fatos articulados na denúncia ou queixa.
- d) o réu será considerado revel se, apesar de pessoalmente citado, deixar de comparecer injustificadamente, sendo que o processo seguirá sem a sua presença e haverá confissão ficta.
- e) não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerça a sua jurisdição.

43. A respeito do acusado e de seu defensor, é correto afirmar que o

- a) acusado, ainda que seja revel, não pode constituir advogado da sua confiança para atuar no processo.
- b) se o acusado for advogado e estiver foragido, poderá ser processado e julgado sem defensor.
- c) a constituição do defensor só poderá ser feita por instrumento de mandato, ainda que o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
- d) não poderá funcionar como defensor o parente do juiz, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- e) acusado deverá ser defendido por advogado, ainda que tenha habilitação e deseje atuar em causa própria.

44. A autoridade policial da 2ª Delegacia de Polícia de São Caetano do Sul-SP, durante as investigações de um crime de receptação qualificada (Art. 180, §1º do CP), representa pela decretação da prisão temporária do indiciado Juliano, tendo em vista que a medida seria imprescindível para a continuidade das investigações. Os autos são encaminhados ao Ministério Público do Estado de São Paulo, que se

manifesta favoravelmente à representação da autoridade policial. Por sua vez, o magistrado, ao receber o procedimento, decreta a prisão temporária pelo prazo de 5 dias, ressaltando que a lei admite a prorrogação do prazo de 05 dias por igual período. Fez o magistrado constar, ainda, que Juliano não poderia permanecer acautelado junto com outros detentos que estavam presos em razão de preventivas decretadas. Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Juliano, ao ser constituído, deverá alegar que

- a) o prazo fixado para a prisão temporária de Juliano é ilegal, pois deveria ter sido decretada por 30 dias.
- b) a decisão do magistrado de determinar que Juliano ficasse separado dos demais detentos é ilegal.
- c) a prisão temporária decretada é ilegal, tendo em vista que receptação qualificada não está prevista no rol dos crimes hediondos e nem naquele que admite a decretação dessa espécie de prisão.
- d) a decretação da prisão foi legal, pelo fato de não ter sido decretada de ofício pelo Magistrado.
- e) a prisão é legal, mas o prazo é ilegal, vez que deveria ser determinado desde o início o prazo de 10 dias, já que admite prorrogação.

45. Em relação à fiança, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A fiança tomada por termo obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando o réu não comparecer, a fiança será havida como quebrada.
- b) Entender-se-á perdido, na totalidade, o valor da fiança, se, regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo.
- c) A fiança será quebrada quando o acusado deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo.
- d) Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.
- e) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos.

46. Sobre a prisão preventiva é correto afirmar que:

- a) é admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.
- b) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- c) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva.
- d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- e) A decisão que decretar e substituir a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada, mas a que denega não precisa ser fundamentada pois favorece o acusado.

47. Sobre a sentença no Processo penal é correto afirmar:

- a) o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, pode atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- b) apenas com o trânsito em julgado de sentença absolutória é que o juiz deve ordenar a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas.
- c) ocorrerá a *mutatio libelli* sem aditamento quando o juiz der ao fato definição jurídica diversa da que constar na denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- d) é possível a aplicação da *mutatio libelli* pelo órgão de segunda instância.
- e) é denominada absolutória imprópria a sentença em que o juiz condena o acusado, impõe-lhe pena restritiva de direitos.

48. Caberá recurso em sentido estrito nas seguintes hipóteses:

- a) que não receber a denúncia ou a queixa; que concluir pela incompetência do juízo; que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição.
- b) deferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante;
- c) que impronunciar o réu; que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade;
- d) que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade; que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor; não conceder liberdade provisória
- e) que aceitar homologação à proposta de acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A desta Lei; que conceder ou negar a ordem de habeas corpus;

49. João foi denunciado e condenado pela prática do crime de furto qualificado à pena privativa de liberdade de 2 anos e 6 meses de reclusão. Inconformado com a pena aplicada e irrisignado com respeitável decisão proferida pelo juiz sentenciante, o Acusado poderá por intermédio do seu advogado interpor o recurso de:

- a) apelação, no prazo de 5 dias, com razões a serem oferecidas no prazo de 8 dias.
- b) apelação, no prazo de 8 dias, com razões a serem oferecidas no prazo de 5 dias.
- c) apelação, no prazo de 10 dias.
- d) apelação, no prazo de 15 dias.
- e) recurso em sentido estrito, no prazo de 2 dias.

50. Sobre os Recursos e meios autônomos de impugnação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O juiz, se julgar necessário, recebida a petição de habeas corpus e estiver preso o paciente, mandará que este lhe seja imediatamente apresentado em dia e hora que designar.
- b) O recurso cabível para a decisão que rejeita a denúncia é a apelação.
- c) Não cabe "habeas corpus" contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- d) Da decisão final do juízo de primeira instância que denega ordem de habeas corpus cabe Recurso em Sentido Estrito.
- e) O Habeas Corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa, independentemente de capacidade postulatória, inclusive por Membro do Ministério Público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

51. O processo civil é regido por princípios explícitos e implícitos e o Código apresenta alguns deles no Capítulo I – Das Normas Fundamentais do Processo Civil. Assinale a alternativa que relaciona adequadamente o princípio e sua previsão legal:

- a) O Princípio da Inércia estabelece que todos os processos começarão por iniciativa da parte.
- b) O Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição assegura que não serão excluídos da apreciação do Judiciário as ameaças ou efetivas lesões a direito e, por isso, veda-se a utilização da arbitragem.
- c) O Princípio da Duração Razoável do Processo assegura às partes a obtenção da solução integral do mérito em prazo razoável, mas não se aplica à fase de cumprimento de sentença ou ao processo de execução.
- d) O Princípio da Boa-fé apresenta ampla abrangência e envolve todos que participam do processo.
- e) O Princípio da Cooperação é direcionado a todos os sujeitos do processo e o Código faz a ressalva expressa que a cooperação será exercida desde que não contrarie os interesses da parte na lide.

52. Em relação à aplicação das normas processuais, pode-se afirmar:

- a) O Código de Processo Civil estabelece que a jurisdição civil será regida em conformidade com as normas brasileiras, mas faz ressalva às disposições específicas estabelecidas em tratados, convenções ou acordos internacionais dos quais o Brasil seja parte.
- b) A norma processual civil retroagirá para atingir os processos não sentenciados quando da sua entrada em vigor.
- c) A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, independentemente de tratados, convenções ou acordos internacionais.
- d) A norma processual civil não retroagirá e será aplicável apenas aos processos iniciados após sua entrada em vigor.
- e) As normas processuais civis poderão ser aplicadas aos processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos quando se mostrarem mais adequadas ao processamento e julgamento do caso concreto.

53. Sobre as disposições gerais sobre competência, pode-se afirmar:

- a) A competência é determinada quando o juiz profere o despacho citatório do réu.
- b) As modificações do estado de fato ou de direito são suficientes para modificar a competência.
- c) Eventual supressão de órgão judiciário não gerará a modificação da competência.
- d) Em caso de alteração da competência absoluta, a parte será intimada para optar pela manutenção do processo no juízo originário ou remessa dos autos ao novo juízo.
- e) A competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial e deverá observar os limites estabelecidos pela Constituição Federal, as normas do Código de Processo Civil ou da legislação especial, além das normas de organização judiciária e, no que couber, das constituições estaduais.

54. A conexão e a continência são apontadas, pelo Código de Processo Civil, como causas de modificação da competência. Sobre os institutos, é correto:

- a) A conexão ocorre quando duas ou mais ações apresentam as mesmas partes, a mesma causa de pedir e pedido e deverão ser reunidas para decisão conjunta, ainda que uma delas já tenha transitado em julgado.
- b) Dá-se a continência quando duas ou mais ações apresentarem pedido ou causa de pedir em comum.
- c) A continência, assim como a conexão, não exige identidade de partes.
- d) Havendo continência, as ações serão reunidas e decididas conforme a ordem cronológica de conclusão dos processos.
- e) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito.

55. No curso do processo, eventualmente, poderá ocorrer a sucessão entre as partes. De acordo com o Código de Processo Civil, pode-se afirmar:

- a) A sucessão voluntária das partes poderá ocorrer nos casos expressos em lei e em convenção firmada pelos sujeitos do processo.
- b) Em caso de alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, a legitimidade das partes sofrerá alteração.
- c) O adquirente ou cessionário poderá ingressar em juízo, sucedendo o alienante ou cedente, independentemente de consentimento da parte contrária.
- d) O adquirente ou cessionário não poderá intervir no processo.
- e) A sentença proferida entre as partes originárias terá seus efeitos estendidos ao adquirente ou cessionário.

56. O *amicus curiae* (“amigo da corte”) será admitido no processo considerando-se a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia. Sobre essa

modalidade de intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta:

- a) O *amicus curiae* poderá ser uma pessoa jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, mas não poderá ser uma pessoa física.
 - b) A legitimidade recursal do *amicus curiae* está restrita aos embargos de declaração e ao recurso da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.
 - c) A intervenção do *amicus curiae* pode justificar eventual alteração de competência para a Justiça Federal.
 - d) O *amicus curiae* goza dos mesmos direitos e prerrogativas das partes e submete-se aos mesmos ônus processuais.
 - e) O *amicus curiae* detém legitimidade para recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas e o incidente de assunção de competência.
57. Os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição. Sobre a conciliação e a mediação, pode-se afirmar:
- a) o mediador atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes e poderá sugerir soluções para o litígio.
 - b) o conciliador atuará preferencialmente nos casos em que há um vínculo anterior entre as partes e deverá auxiliar os interesses a compreender as questões e os interesses em conflito.
 - c) a conciliação e a mediação, assim como os demais atos processuais, são informadas pelo princípio da publicidade.
 - d) embora regidas pela livre autonomia dos interessados, não podem ser realizadas modificações procedimentais.
 - e) são admitidas as técnicas negociais objetivando proporcionar um ambiente favorável a autocomposição.

58. Os atos processuais são públicos, mas alguns processos poderão tramitar em segredo de justiça. São eles:

- a) aqueles em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.
- b) os processos em que o exija o interesse público ou estatal.
- c) aqueles que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação e alimentos de crianças apenas.
- d) o processo de arbitragem, ainda que não apresente cláusula de confidencialidade.
- e) o processo de arbitragem, desde que a confidencialidade estipulada seja comprovada perante o juízo, embora o cumprimento da carta arbitral deva ser realizado conforme a publicidade.

59. A reconvenção é uma das possibilidades de resposta do réu e disciplinada pelo Código de Processo Civil. É correto que:

- a) a reconvenção só poderá ser apresentada em conjunto com a contestação.
- b) não é admitido o litisconsórcio ativo ou passivo na reconvenção.
- c) a reconvenção poderá ser proposta para manifestar pretensão própria do réu, ainda que não haja conexão com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- d) a desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- e) a reconvenção será oferecida obrigatoriamente em peça apartada à contestação.

60. Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso. Conforme as previsões do Código de Processo Civil, é correto que:

- a) os motivos, quando importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, fazem coisa julgada.

b) a verdade dos fatos, quando estabelecida como fundamento da sentença, estão submetidas à coisa julgada.

c) nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide.

d) a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada e poderá prejudicar terceiros.

e) a parte não poderá discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-Tribunais-Técnico-12-09-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>